



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)
[Abel Lima Baptista](#)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.ºs 59 a 65/XII (1.ª), dos projectos de resolução n.ºs 67 a 70/XII (1.ª) e das propostas de resolução n.ºs 2 a 5/XII (1.ª).

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Sr. Primeiro-

Ministro (Pedro Passos Coelho), que respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados [Luís Montenegro](#) (PSD), [António José Seguro](#) (PS), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Francisco Louçã](#) (BE) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 54 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
Adriano Rafael de Sousa Moreira
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria
Ana Sofia Fernandes Bettencourt
Andreia Carina Machado da Silva Neto
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto
António Costa Rodrigues
António Egrejas Leitão Amaro
António Fernando Couto dos Santos
António Manuel Pimenta Prôa
António Pedro Roque da Visitação Oliveira
Arménio dos Santos
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Bruno Manuel Pereira Coimbra
Carina João Reis Oliveira
Carla Maria de Pinho Rodrigues
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim
Carlos Henrique da Costa Neves
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte
Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro
Duarte Filipe Batista de Matos Marques
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira
Elsa Maria Simas Cordeiro
Emídio Guerreiro
Emília de Fátima Moreira dos Santos
Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hélder António Guerra de Sousa Silva
Hugo Alexandre Lopes Soares
Hugo José Teixeira Velosa
Joana Catarina Barata Reis Lopes
João Bosco Soares Mota Amaral

João Carlos Figueiredo Antunes
João Manuel Lobo de Araújo
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Paulo da Silva Oliveira
José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Mendes Bota
Laura Maria Santos de Sousa Esperança
Lídia Maria Bulcão Rosa da Silveira Dutra
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Manuel Moraes Leite Ramos
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
Manuel Augusto Meirinho Martins
Manuel Filipe Correia de Jesus
Margarida Rosa Silva de Almeida
Maria Clara Gonçalves Marques Mendes
Maria da Assunção Andrade Esteves
Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira
Maria da Conceição Vaz Barroso Carloto Caldeira
Maria da Graça Gonçalves da Mota
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares
Maria Ester Vargas de Almeida e Silva
Maria Francisca Fernandes Almeida
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Maria João Machado de Ávila
Maria José Quintela Ferreira Castelo Branco
Maria José Vieira Teodoro Moreno
Maria Manuela Pereira Tender
Maria Paula da Graça Cardoso
Mário José Magalhães Ferreira
Mário Nelson da Silva Vaz Simões
Maurício Teixeira Marques
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro
Nilza Marília Mouzinho de Sena
Nuno Filipe Miragaia Matias
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação
Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra
Odete Maria Loureiro da Silva
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto
Paulo César Rios de Oliveira
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Paulo Jorge Simões Ribeiro
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Augusto Lynce de Faria
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
Pedro Filipe dos Santos Alves

Rosa Maria Pereira Araújo Arezes
Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo
Teresa de Andrade Leal Coelho
Teresa de Jesus Costa Santos
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Valter António Gaspar de Bernardino Ribeiro
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS)

Acácio Santos da Fonseca Pinto
Alberto Bernardes Costa
Alberto de Sousa Martins
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Teodoro Jorge
Ana Paula Mendes Vitorino
António Fernandes da Silva Braga
António José Martins Seguro
António Manuel Soares Serrano
António Ramos Preto
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Augusto Ernesto Santos Silva
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Carlos Manuel Pimentel Enes
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elza Maria Henriques Deus Pais
Eurídice Maria de Sousa Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando Medina Maciel Almeida Correia
Fernando Pereira Serrasqueiro
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida
Isabel de Lima Mayer Alves Moreira
Jorge Lacão Costa
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José António Fonseca Vieira da Silva
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro
João Barroso Soares
João Paulo Feteira Pedrosa
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
João Saldanha de Azevedo Galamba
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro

Manuel José de Faria Seabra Monteiro
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas
Maria Helena dos Santos André
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Isabel Solnado Porto Oneto
Maria Odete da Conceição João
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Mário Manuel Teixeira Guedes Ruivo
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno André Neves Figueiredo
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Paulo Jorge Oliveira de Ribeiro Campos
Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves
Pedro Manuel Dias de Jesus Marques
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rui Alberto Pereira Caetano
Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Lima Baptista
Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes
Altino Bernardo Lemos Bessa
Artur José Gomes Rêgo
Inês Dória Nóbrega Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
José Helder do Amaral
José Lino Fonseca Ramos
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Manuel de Serpa Oliva
João Paulo Barros Viegas
João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira
João Rodrigo Pinho de Almeida
Manuel Fialho Isaac
Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Neto
Michael Lothar Mendes Seufert
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro
Teresa Maria de Moura Anjinho Tomás Ruivo
Vera Lúcia Alves Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Augusto Espadeiro Ramos
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa
Paulo Miguel de Barros Pacheco Seara de Sá
Rita Rato Araújo Fonseca

Bloco de Esquerda (BE)

Ana Isabel Drago Lobato
Catarina Soares Martins
Francisco Anacleto Louçã
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca
Pedro Filipe Gomes Soares

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

A Sr.^a **Presidente**: — Antes de mais, gostaria de informar a Câmara que se encontra a assistir a este debate o Sr. Embaixador do Chile, que cumprimento.

Aplausos gerais.

Gostaria também de cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os demais membros do Governo, que hoje intervêm no debate quinzenal, e dou agora a palavra ao Sr. Secretário Duarte Pacheco para que dê conta do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.^{os} 59/XII (1.^a) — Altera o artigo 72.^o-A da Lei n.^o 49/2011, de 17 de Setembro, e aprova uma taxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.^o 442-A/88, de 30 de Novembro (PS), que baixou à 5.^a Comissão, 60/XII (1.^a) — Determina o princípio do englobamento das mais-valias em IRS (BE), que baixou à 5.^a Comissão, 61/XII (1.^a) — Determina o regime de

tributação das mais-valias mobiliárias, aplicável a entidades colectivas (BE), que baixou à 5.^a Comissão, 62/XII (1.^a) — Estabelece o regime das directivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional de Directivas Antecipadas de Vontade (PS), que baixou às 1.^a e 9.^a Comissões, 63/XII (1.^a) — Regula o regime das directivas antecipadas de vontade (PSD), que baixou às 1.^a e 9.^a Comissões, 64/XII (1.^a) — Regula as directivas antecipadas de vontade em matéria do testamento vital e nomeação de Procurador de Cuidados de Saúde e procede à criação do Registo Nacional do Testamento Vital (CDS-PP), que baixou às 1.^a e 9.^a Comissões, e 65/XII (1.^a) — Lei de Bases dos Cuidados Paliativos (CDS-PP), que baixou à 9.^a Comissão; projectos de resolução n.ºs 67/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a avaliação da execução do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida para a sua eventual alteração ou revisão (PS), que baixou à 11.^a Comissão, 68/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que reavalie o actual regime de renda apoiada aplicável a nível nacional, segundo um princípio de igualdade e justiça social (PSD), que baixou à 11.^a Comissão, 69/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que promova um plano de investimento na requalificação e modernização do parque escolar (BE), que baixou à 8.^a Comissão, e 70/XII (1.^a) — Realização de um referendo nacional à privatização da empresa Águas de Portugal (BE), que baixou às 1.^a e 11.^a Comissões; propostas de resolução n.ºs 2/XII (1.^a) — Aprova o Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, a 6 de Outubro de 2010, que baixou às 2.^a e 4.^a Comissões, 3/XII (1.^a) — Aprova o Protocolo de Alteração, assinado no Luxemburgo, a 24 de Junho de 2010, do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, assinado em 25 e 30 de Abril de 2007, que baixou às 2.^a e 4.^a Comissões, 4/XII (1.^a) — Aprova o Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, a 10 de Maio de 2010, que baixou às 2.^a e 4.^a Comissões, e 5/XII (1.^a) — Aprova o Acordo de Transporte Aéreo entre o Canadá e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, assinado em Bruxelas, a 17 de Dezembro de 2009, que baixou às 2.^a e 4.^a Comissões.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos agendado para hoje o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, que começa com a intervenção dos partidos políticos.

Antes de abrir esse debate, queria cumprimentar a nova direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em especial o Sr. Deputado Carlos Zorrinho, e a nova Presidente do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, desejando-lhes as maiores felicidades.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Muito obrigada.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito obrigado.

A Sr.^a **Presidente**: — Posto isto, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, vamos dar início ao debate com o Sr. Primeiro-Ministro.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro, do PSD.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, antes mesmo de entrar nos temas que anunciámos para este debate, não posso deixar de lhe perguntar sobre a concretização do programa do corte da despesa pública, que o Governo tem vindo a implementar, e da sua relação com a execução orçamental do 1.º semestre deste ano e com a necessidade de ter de se fazer um esforço adicional em 2012, precisamente por causa do desvio que este Governo encontrou.

Faço-o, reconhecendo o rigor e a transparência com que a acção e competência do Governo — que já ficou demonstrada — foram recebidas por parte da primeira avaliação feita pela tróica e pelas decisões, já anunciadas, da disponibilização da segunda *tranche* dos empréstimos e da melhoria das condições desses mesmos empréstimos.

Sr. Primeiro-Ministro, queria começar por tocar o tema da educação. Contrariamente ao que alguns vaticinaram, a abertura do ano escolar decorreu num ambiente de grande tranquilidade e de grande estabilidade. Isto tem muito que ver com a acção do Governo na área da educação.

Nos mesmos dois meses que o Partido Socialista precisou para eleger a sua direcção política, o novo Governo foi capaz de produzir duas decisões que muito influenciaram a abertura do ano escolar. Desde logo, e em primeiro lugar, a aprovação do novo modelo de avaliação docente e também o acordo celebrado com as escolas que têm contratos de associação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — A propósito da avaliação de professores, Sr. Primeiro-Ministro, um tema que esteve demasiado tempo na agenda política e que provocou a desmotivação dos professores e a instabilidade nas escolas, é bom verificar que o Governo cumpriu a sua palavra e que, hoje, o País tem um modelo mais justo, menos burocrático, um modelo que não coloca professores contra professores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas a estabilidade, Sr. Primeiro-Ministro, também regressou às escolas que têm contratos de associação, contratos, esses, que permitiram que os cerca de 50 000 alunos e toda a comunidade escolar pudessem iniciar o ano escolar sem instabilidade. Nós, no PSD, nunca tivemos complexos relativamente ao apoio que o Estado deve dar a estas instituições.

Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe colocar algumas questões ainda no domínio da educação.

Foi anunciado o fim das direcções regionais de educação. Sr. Primeiro-Ministro, este é um sinal de que o Governo está empenhado em dismantlar o monstro burocrático do Ministério da Educação? Este é um sinal de que temos de dotar as nossas escolas com mais autonomia? Parece-nos muito importante se assim for, Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Mais duas questões, Sr. Primeiro-Ministro: uma, para o ouvirmos falar acerca do sentido da auditoria à empresa Parque Escolar, uma empresa que em muito pouco tempo se transformou na quinta empresa pública com maior endividamento;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ah!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... a outra, para lhe perguntar se o encerramento de apenas 266 escolas, das 600 que estava previsto serem encerradas, devido a decisões tomadas pelo anterior governo, se fica a dever ao resultado do diálogo do Governo com as autarquias e com as populações, como sempre defendemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Esse debate é amanhã!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, em matéria social, gostava de dizer o seguinte: há um partido, o maior partido da oposição, que, seis anos e meio depois de ter assumido a responsabilidade de governar o País, diz ao País que quer colocar as pessoas em primeiro lugar. Sim, o Partido Socialista, seis anos e meio depois de governar Portugal, quer colocar as pessoas em primeiro lugar.

Queria cumprimentar e dar os parabéns ao Sr. Deputado António José Seguro, o novo líder do Partido Socialista, por esta confissão. É que, se depois de seis anos e meio é preciso colocar as pessoas em primeiro lugar, é sinal de que, neste período, elas não estiveram em primeiro lugar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, temos um Governo que, em cerca de dois meses, teve de tomar medidas difíceis, que atenderam sempre a uma preocupação social — como sucedeu com as tarifas sociais do gás e da electricidade, com o facto de se ter implementado o passe social+ nos transportes públicos, que permite que os agregados familiares que têm menos rendimentos paguem hoje menos do que pagavam antes do aumento que teve de ser feito no passado dia 1 de Agosto,...

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... como sucedeu com medidas como aumentar o número de vagas nas creches e com medidas como majorar o subsídio de desemprego a casais em que ambos se encontram desempregados, com a anunciada medida de descongelamento das pensões mínimas e, mesmo, com o facto de, quando se pede um esforço fiscal este ser maior para quem tem mais rendimentos —, mas os partidos da oposição acusam o Governo de estar a fazer «caridade».

Sr. Primeiro-Ministro, para nós, isto não é caridade!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Para nós, isto é solidariedade! Para nós, isto é não deixar ninguém para trás!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É estar lá quando é preciso, para que deixe de ser preciso! Isto, sim, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, é colocar as pessoas em primeiro lugar!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta crítica de insensibilidade social que os partidos da oposição lançam ao Governo, em especial o Partido Socialista, não pode deixar de ser vista sob outro prisma.

O Partido Socialista, que esteve no governo, no último ano, tomou decisões como estas que vou agora citar: congelamento de pensões para 2011;...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vocês apoiaram!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... redução do rendimento social de inserção;...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vocês apoiaram!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... aumento em 1% da contribuição dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações;...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vocês apoiaram!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... aumento do IVA, primeiro, para 21% e, depois, para 23%;...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vocês apoiaram!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... aumento de 1% no IRS no 3.º escalão; aumento de 1,5% no IRS no 4.º escalão;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E o PSD, o que é que fez?!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... alterações ao regime do subsídio de desemprego, com a imposição do limite de 75% da remuneração líquida para a atribuição desse subsídio,...

O Sr. **Francisco Loução** (BE): — Também apoiaram!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... redução e congelamento dos vencimentos no sector público;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que descaramento!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... agravamento da tributação em sede de imposto de selo, devido à concessão de crédito ao consumo; criação de mais e mais taxas moderadoras;...

Protestos do PCP e do BE.

... fim do aumento extraordinário de 25% em vários escalões do abono de família; aumento dos transportes em 4,5%; aumento das portagens em 2,3%; restrição no transporte gratuito de doentes; aumento do preço de medicamentos.

Estas são apenas algumas das medidas de sensibilidade social do governo do Partido Socialista!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, era bom que o Partido Socialista reconhecesse o alcance social das medidas do Governo e era bom que o Partido Socialista assumisse a sua responsabilidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Partido Socialista não pode, por magia, apagar este seu «cadastro» em matéria de insensibilidade social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Termino, Sr. Primeiro-Ministro, dizendo-lhe o seguinte da bancada do PSD: prossiga com as reformas que o Governo tem em mente executar nos próximos tempos! Prossiga com o caminho de restabelecer a confiança e a credibilidade em Portugal!

Queremos ainda dizer que entendemos, nesta bancada, como, julgamos, que entende a maioria dos portugueses, que o Partido Socialista não tem autoridade moral para nos falar de sensibilidade social!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, em primeiro lugar, gostaria de sublinhar a importância da sua afirmação sobre a necessidade de pôr as pessoas em primeiro lugar.

Muitas vezes, ao longo da nossa vida política, somos levados a embrenhar-nos demasiado nas medidas que tomamos no Governo, nas posições que assumimos na oposição e, muitas vezes, fica-se com a percepção de que, nesse afã da oposição e do Governo, as pessoas funcionam como que uma espécie de pretexto para aquela que é a acção política e não como a razão de ser dessa acção política.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Hoje, vem cá confessar-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por essa razão é sempre importante sublinhar que o fim último da acção política é, evidentemente, o de melhorar as perspectivas de futuro das pessoas, atendendo às circunstâncias em que elas vivem e às dificuldades que elas enfrentam,...

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... numa perspectiva de equidade social, de crescimento da economia e, portanto, de desenvolvimento.

É essa a perspectiva que o Governo tem, evidentemente, e boa parte da sua acção, quer a que decorre dos compromissos externos, que tomámos como nossos porque também são nossos, quer relativamente a opções que tomámos livremente no âmbito do Programa do Governo, tem em vista, em primeiro lugar, as pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado salientou relativamente à educação alguns aspectos que, julgo, são importantes e fê-lo com tal detalhe que não posso fazer mais do que manifestar a minha satisfação por esses resultados estarem a ser avaliados e analisados criteriosamente pelos Srs. Deputados e, neste caso, pelo PSD, que é um dos partidos que apoia este Governo.

Nós, em menos de dois meses e meio, na área da educação resolvemos dois problemas sensíveis, e o primeiro tem a ver com a avaliação dos professores.

Quem olhar retrospectivamente para os últimos anos fica com a ideia de que a grande preocupação esteve centrada não no essencial, que é a capacidade de transmitir conhecimento nas escolas através da relação que existe entre professores e alunos, mas, sim, num aspecto lateral, que é importante mas que é lateral, que foi o da avaliação dos professores.

Durante muito tempo as escolas viveram um clima de profunda instabilidade por causa da teimosia de se insistir num mecanismo que era, como dissemos muitas vezes e eu próprio também, profundamente injusto, altamente burocrático, que não favorecia a posição do professor na escola e que não traduzia uma vontade séria de avaliar e de melhorar o desempenho dos professores ao longo da progressão na carreira.

Conseguimos, em menos de dois meses e meio, assinar com um número muito significativo de sindicatos uma posição consensual nas escolas — é esta a minha convicção —, que aposta num modelo de avaliação sério e exigente, com ciclos mais longos, que têm a ver com os ciclos de progressão na carreira dos professores, mais simplificado, na medida em que o que se exige dos professores não é que estejam ocupados com burocracia nas escolas mas, sim, que estejam disponíveis para serem avaliados, mas também para poderem exercer a sua função científica e pedagógica, assim como conseguimos acabar com a injustiça plena de ter professores a avaliar professores dentro da mesma escola, mesmo quando eles não estavam em condições de poder fazê-lo com autoridade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aquilo que, na altura, afirmámos ser necessário, que era conseguir um período de reavaliação para que ninguém pudesse ficar prejudicado pela avaliação que já tivesse sido feita — e, de facto, ninguém será prejudicado — e, simultaneamente, encontrar um novo modelo de avaliação que estivesse disponível e conhecível por parte de todos, nomeadamente dos professores, antes de se iniciar o ano lectivo, isso, afinal, foi alcançado. Aliás, eu só posso mostrar-me satisfeito por toda a equipa do Ministério da Educação e o Governo, de um modo geral, em associação com os sindicatos, terem conseguido, neste tempo recorde, resolver um problema que durante anos a fio, repito, durante anos a fio, criou revolta e injustiça nas escolas.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto à reestruturação que está a ser preparada no âmbito do Ministério da Educação, ela foi anunciada, em traços muito largos, pelo Sr. Ministro da Educação quando discutimos o

Programa do Governo nesta Câmara e tem vindo a ser inserida nos documentos estratégicos, que cabe ao Governo fazer aprovar, nomeadamente, o que tem a ver com o Documento de Estratégia Orçamental e com o Programa de Redução e Melhoria da Administração Central.

Foi, nessa altura, anunciado que procuraríamos fazer uma simplificação de todas as estruturas regionais, que serão integradas, no futuro, como direcções de serviço, no Ministério da Educação, e, por outro lado, haverá um enfoque maior na autonomia das escolas, ou seja, na descentralização das escolas, em detrimento daquela que tem sido a macrocefalia do Ministério da Educação.

Esta é uma reforma que irá prosseguir muito intensamente ao longo deste ano. E porquê ao longo deste ano lectivo? Porque, como sabem, a educação tem uma rigidez em termos de programação e de calendário que é incontornável. Este Governo foi a tempo de, ainda em Julho, tomar decisões importantes no que respeita ao reforço do ensino do Português e da Matemática para o próximo ano e isso foi muito positivo — aliás, julgo que a comunidade local, as famílias e as próprias escolas reconheceram essa importância —, mas toda a programação restante manter-se-á até Junho do próximo ano, o que significa que grande parte das alterações que vamos introduzir ao nível administrativo na área da educação só poderá valer depois de termos concluído, e isto ao nível dos ensinos básico e secundário, o próximo ano lectivo.

Mas esta é uma reforma que irá fazer o seu curso e que, julgo, corresponde não só ao programa eleitoral do PSD, que o Sr. Deputado aqui representa, mas também ao Programa do Governo desta coligação, que é o de pôr o Ministério da Educação ao serviço dos estudantes, das famílias, da comunidade local e não o contrário, ou seja, colocar toda a gente dependente da burocracia do Ministério da Educação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A avaliação a que estamos a proceder à empresa Parque Escolar tem o objectivo de, também na área da educação, dimensionar o esforço do investimento que fazemos.

O que está em causa — e aproveito a oportunidade para o sublinhar, embora já o tenha dito na abertura do ano lectivo — não é diminuir a qualidade do ensino público. Nós podemos ter ensino público de qualidade com investimentos que reflectam um maior realismo face às disponibilidades públicas que temos hoje e às que esperamos vir a apresentar para os contribuintes nos próximos anos, porque, como sabem, muitas das despesas de investimento que foram realizadas correspondem, hoje, a cerca de 1000 milhões de euros de passivo da empresa Parque Escolar, verba essa que irá, evidentemente, ser paga com rendas futuras, a pagar pelas escolas com menos possibilidades orçamentais para o poder fazer, e pelos impostos dos portugueses. É isso que queremos desagravar para futuro.

Finalmente, o Sr. Deputado perguntou pelos cortes que estamos a concretizar em linha com o Programa de Assistência Económica e Financeira e também com o Programa do Governo.

Sr. Deputado, tenho dito, e reafirmo-o aqui hoje, que o Governo olha para a nossa economia com duas preocupações: reduzir a despesa do Estado para diminuir o peso que o Estado hoje representa para os contribuintes e para o sistema financeiro mas também aligeirar as nossas estruturas diminuindo, como foi prometido, um número significativo de cargos de dirigentes na administração central e simplificando o número de instituições e de entidades que operam na esfera pública.

Terminarei, dizendo que, amanhã, o Conselho de Ministros irá apreciar o relatório final do PREMAC (Programa de Redução e Melhoria da Administração Central), que prevê — e posso anunciá-lo desde já — uma redução significativa dos cargos dirigentes. Apontamos, nesta altura, para uma redução de cerca de 27% dos lugares de dirigentes na administração central, muito acima dos 15% que tinham ficado indicados como objectivo importante a alcançar. Serão cerca de 1712 lugares de dirigentes a menos na administração central, o que equivale, volto a referir, a cerca de 27% de redução...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, já ultrapassou o tempo de que dispunha em um minuto e meio, pelo que lhe peço que termine.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, concluirei, dando apenas esta informação final: serão extintas cerca de 162 entidades no âmbito da administração central, serão criadas novas 25 através de fusões de entidades existentes, o que dá um saldo líquido de cerca de 137 entidades que serão extintas, sendo que a

administração central para futuro beneficiará de uma estrutura mais leve que pese menos aos bolsos dos contribuintes. O impacto orçamental desta medida durante o ano de 2012 será de cerca de 100 milhões de euros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, peço-lhes que se limitem a intervir mais ou menos dentro do tempo de que dispõem para não prolongarmos o debate.

Tem agora a palavra, para formular a pergunta, o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nestes 80 dias, há uma marca que distingue este Governo: a marca dos três «i» — injustiça social, incumprimento eleitoral e insensibilidade social. Esta é a marca dos três «i» do seu Governo!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Ainda ontem, Sr. Primeiro-Ministro, assisti incrédulo às declarações do Ministro da Educação criticando o relatório da OCDE, que elogia o esforço de Portugal, o esforço dos portugueses, numa área tão sensível como a da qualificação, através do Programa Novas Oportunidades.

Aplausos do PS.

Não há memória, Sr. Primeiro-Ministro, de um ministro em Portugal criticar um relatório que elogia o esforço dos portugueses e de Portugal numa área tão sensível. Não há memória!

Aplausos do PS.

E quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que em política não vale tudo...

Risos e aplausos do PSD.

Eu percebo, Sr. Primeiro-Ministro, a incomodidade dos Deputados das suas bancadas.

Risos do PSD.

É que seguiram muito de perto, como se viu pela intervenção do Sr. Deputado Luís Montenegro, o nosso Congresso, realizado no último fim-de-semana. Estão muito incomodados, Sr. Primeiro-Ministro. Estão muito incomodados, mas não nos condicionam!

Aplausos do PS.

Quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, de facto, não vale tudo em política e o preconceito e as razões partidárias não podem sobrepor-se ao interesse nacional quando está em causa a qualificação e a inteligência dos portugueses.

Aplausos do PS.

Fiquei chocado com a declaração do Sr. Ministro da Educação!

Sr. Primeiro-Ministro, quero agora referir-me à injustiça social e ao incumprimento eleitoral.

O Sr. Primeiro-Ministro disse, em campanha eleitoral, que nunca criaria um imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal, mas quando chegou ao Governo criou-o, revelando uma autêntica injustiça social. Porquê? Porque o Sr. Primeiro-Ministro apenas lançou o imposto sobre os portugueses que vivem do rendimento do seu trabalho e das suas pensões e deixou de fora todos os que recebem dividendos, mais-valias e juros, ou seja, deixou de fora os que usufruem de rendimentos sobre o capital.

Para o Sr. Primeiro-Ministro não é chocante, mas para mim é chocante ver um trabalhador português que ganha 600 € ter de pagar o imposto no Natal e não ver ninguém que recebe dividendos, ou juros, ou mais-valias, a pagar, porque, de facto, esses não pagam nada por opção do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Mas vou dar-lhe uma segunda oportunidade: o Sr. Primeiro-Ministro decidiu, por opção sua, aumentar, a partir do dia 1 de Outubro, o IVA sobre o gás e a electricidade, de 6% para 23%. Não decorria de uma obrigação do Memorando e trata-se de um aumento de 280%.

Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe uma alternativa e quero saber qual é a sua opinião: não aumenta o IVA sobre o gás e a electricidade e, em contrapartida, exige também às empresas que tiverem lucros superiores a 2 milhões de euros um esforço adicional, conjuntamente com aquilo que exige aos trabalhadores e aos pensionistas. Quero saber qual é a sua opinião.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, aproveito, em qualquer caso, para o felicitar pelo último Congresso e espero que sim, que os Deputados do PSD tenham prestado atenção a esse Congresso. Nós devemos atribuir na vida política relevância a estes actos que são simbólicos, mas que são importantes para a democracia. E julgo que os congressos dos partidos são importantes.

Mas, Sr. Deputado, espero que isso não seja um condicionamento, claro que não tem de ser um condicionamento. Ouvi algumas destas observações durante o Congresso do Partido Socialista e devo dizer que fiquei convencido de que o Partido Socialista tinha aproveitado estes dois meses para realizar as suas eleições internas não só para pôr a casa em ordem mas também para poder ir um pouco mais longe, em termos de contributo, para o nosso debate político nacional.

O Sr. Deputado avançou apenas duas matérias, tendo uma delas a ver com o IVA.

Sr. Deputado, o IVA do gás e da electricidade deveria ser, nos termos do Memorando de Entendimento, actualizado para o próximo ano, fora da taxa reduzida do IVA, ou para a taxa intermédia ou para a taxa normal. Era isso que estava previsto no Memorando de Entendimento.

Portanto, em bom rigor, Sr. Deputado — vamos começar pelo princípio —, não é exactamente correcto aquilo que disse, ou seja, a actualização a que procedemos estava prevista.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não estava! Para este ano não estava!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que fizemos? Antecipámo-la para Outubro deste ano e colocámo-la na taxa normal.

Vozes do PS: — Ahh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sei por que razão os Srs. Deputados exibem tanta surpresa numa matéria que já foi discutida e que não traz novidade.

Mas, se o Sr. Deputado tem noção de que Portugal se tinha comprometido a actualizar essa taxa, admito perfeitamente que queira discutir por que razão o Governo preferiu a taxa normal à taxa intermédia. Esteve na discricionariedade do Governo fazê-lo. Por que razão o Governo decidiu assim? Eu digo-lhe, Sr. Deputado. Por duas razões.

Em primeiro lugar, procurámos fazer a antecipação para Outubro, na medida em que o desvio de 2000 milhões de euros, que está estimado até ao final deste ano, precisava de ter também uma medida do lado da receita que complementasse as que já tinham sido anunciadas. Por essa razão, essa medida foi antecipada.

Em segundo lugar, porque a taxa normal do IVA na electricidade é aquela que é praticada, em geral, pelos países europeus. Nos 27 países, 20 têm justamente o IVA da electricidade e do gás natural à taxa normal.

Significa isto que poderíamos, eventualmente, no âmbito daquilo que estava previsto no Memorando, fazer uma actualização intermédia para a taxa intermédia e, futuramente, uma nova actualização para a taxa normal.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

O Governo decidiu fazê-lo de uma vez. Foi uma opção política que, temos noção disso, obrigará, sobretudo para as famílias — não o refiro para as empresas, pois, como sabe, para essas o IVA não é um custo —, a um esforço adicional no que respeita à eficiência energética. E nós esperamos que, em resultado dessa eficiência energética, Portugal possa melhorar também a sua balança energética.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado colocou uma segunda questão que tem que ver com a OCDE e a posição que o programa Novas Oportunidades ocupa na emissão de diplomas e, portanto, na melhoria estatística daquilo que é o resultado de diplomados em Portugal. Nunca dissemos o contrário, Sr. Deputado. Se bem se recorda, até acentuámos — e o Sr. Ministro da Educação referiu-o também — que uma coisa é distribuir diplomas e com isso obter um efeito estatístico, outra coisa é oferecer uma verdadeira oportunidade às pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que não vejo nenhum mal em que um ministro de Portugal analise de forma descomplexada aquilo que consta nos relatórios internacionais, nomeadamente da OCDE.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — O senhor é tão lamentável. É ainda mais lamentável que o Ministro da Educação!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Devo dizer-lhe que recebi, hoje mesmo, o Secretário-Geral da OCDE e tive ocasião de lhe transmitir exactamente a mesma posição...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Isso é grave!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... isto é, que não nos deixamos inebriar pelos resultados estatísticos que são exibidos em função de programas que devem ser reavaliados em função dos seus resultados e não apenas do número estatístico que vertem para os documentos oficiais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — É uma vergonha! Não fale mais nisto! Esqueça este assunto!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, é chocante, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi-lo dizer, nesta Câmara, que ontem transmitiu ao Secretário-Geral da OCDE a mesma posição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — E há uma diferença muito grande: o Sr. Primeiro-Ministro teve força para dizer o que pensa ao Secretário-Geral da OCDE, mas quando foi à Alemanha, perante a Sr.^a Merkel, vergou-se e aceitou todas as suas ordens. É esta a diferença!

Aplausos do PS.

Devo dizer-lhe que o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro da Educação têm todo o direito de discordar dos programas dos anteriores governos. O que não têm é o direito de criticar um relatório da OCDE que é elogioso para Portugal, numa área tão importante como a da qualificação.

Aplausos do PS.

Disso não tem direito, Sr. Primeiro-Ministro! Não lhe reconhecemos esse direito! Vê-se em que prioridade o Sr. Primeiro-Ministro tem as pessoas, em que prioridade o Sr. Primeiro-Ministro tem os portugueses!

Mas não fuja à questão que lhe coloquei. Não vou discutir aqui se o senhor precisa ou não de receita adicional para este ano. O que lhe ofereci foi uma proposta alternativa de mais receita e desafiei-o a não aumentar, este ano, o IVA sobre o gás e a electricidade. Quero saber se opta ou não por esta proposta que o Partido Socialista lhe oferece.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, espero que não pense que, por falar mais alto e nesse tom,...

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Traga o Ministro das Finanças!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... consegue verdadeiramente mostrar que tem razão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que a razão por que o Governo precisou justamente de antecipar receita para este ano não se deve à circunstância de o Governo ter sido pouco diligente, nem no corte da despesa, nem na execução do seu Programa.

Protestos do PS.

A razão por que o Governo precisou de antecipar receita deve-se ao facto de haver um desvio nos primeiros seis meses deste ano, de que o Governo não teve responsabilidade e que precisava de cobrir.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Agora, veja o Sr. Deputado qual é a alternativa que propõe. Diz o Sr. Deputado: «Bem, não tem problema. O Partido Socialista já se esqueceu do que se passou no 1.º semestre deste ano...»

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não, não, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — «Não temos muito interesse em falar disso. Vamos apenas...»

Protestos do PS.

Os Srs. Deputados querem mesmo debater?

Risos do PSD.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Queremos! O Sr. Primeiro-Ministro é que não nos disse nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não parece.

O Sr. Deputado diz: «Façamos uma coisa: em vez de antecipar o IVA para Outubro, atendendo a que o IVA tem sempre de ser praticado a partir de Janeiro do próximo ano, em Outubro vá tributar mais as empresas». Foi o que o Sr. Deputado anunciou. Porque eu ouvi duas propostas. Ouvi a proposta — que o Sr. Deputado aqui não mencionou, mas eu ouvi-a — no sentido de utilizar ainda todos os subsídios que se dão para a co-geração para obter uma vantagem fiscal, que é uma medida que está prevista na tróica e, portanto, não traz novidade (já está prevista e será aplicada a partir do próximo ano), e esta proposta no sentido de criar um adicional às empresas que tenham lucros acima de 2 milhões de euros para, em alternativa, encontrar os 100 milhões de euros este ano.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, se não é assim, talvez possa precisar melhor a sua proposta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, é muito simples: o Sr. Primeiro-Ministro diz que precisa de receita para este ano. O Sr. Ministro das Finanças estimou em 100 milhões de euros a receita que adviria de um aumento do IVA a partir de 1 de Outubro sobre o gás e sobre a electricidade.

O que lhe ofereço é mais do que isso, ou seja, exigir às empresas com lucros superiores a 2 milhões de euros que possam também contribuir este ano com um imposto extraordinário, e só este ano, e dessa forma não é necessário exigir às famílias e às empresas que paguem esse aumento do IVA sobre o gás e a electricidade.

É só sobre isso que quero ouvir um «sim» ou um «não», Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, afinal eu tinha ouvido bem.

Risos do PSD.

Pensei que não tinha entendido bem a sua proposta, mas afinal é a mesma.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sim ou não?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em vez dos 100 milhões que poderíamos receber por causa da antecipação do IVA para Outubro, iríamos tributar adicionalmente as empresas que auferam lucros superiores a 2 milhões de euros até ao final do ano. O Sr. Deputado estava a dizer que não, mas está esclarecido que é a mesma coisa.

Sr. Deputado, nós tomámos a decisão, que está inscrita no Documento de Estratégia Orçamental, de fazer esse agravamento em 2012. Ele será feito para as empresas que têm lucros superiores a 1,5 milhões de euros

e no caso das famílias que tenham rendimentos superiores a cerca de 153 000 € anuais. Essa medida, repito, consta do Documento de Estratégia Orçamental para 2012.

Sr. Deputado, em 2011, ao contrário daquilo que está a dizer, o Governo já esclareceu qual era a sua posição: entendeu que era de equidade fiscal utilizar a base do IRS para fazer a sobretaxa extraordinária e deve recordar-se — podemos a cada debate quinzenal recuperar as mesmas discussões, mas o Sr. Deputado estava cá, não foi assim há tanto tempo, foi no final de Julho — que eu próprio aqui disse, em resposta, creio, ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista, que tínhamos decidido por opção, este ano, em que precisamos de atrair capitais externos e diminuir a incerteza no mercado de capitais, naquilo que está ao nosso alcance, não fazer qualquer tributação extraordinária relativamente aos capitais.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Foi uma opção do Governo e deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que me preocupa que o seu Congresso o tenha aproximado mais das posições do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Antes fosse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... do que aquilo que era a posição tradicional do Partido Socialista!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António José Seguro, tem ainda tempo e tem direito a usá-lo, embora o Sr. Primeiro-Ministro já tenha esgotado o tempo de que dispunha.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ficámos a saber claramente quais são as suas opções.

Eu ofereci-lhe uma proposta para que o senhor poupasse as famílias que estão sobrecarregadas graças à receita do seu Governo. Cada vez que o Sr. Ministro das Finanças fala neste País e que, na véspera, diz que vai anunciar cortes na despesa acaba sempre por anunciar mais impostos e mais sacrifícios para os portugueses.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que, se eu estivesse nesse lugar e fosse Primeiro-Ministro de Portugal, não aumentaria este ano o IVA sobre o gás e a electricidade para não sobrecarregar os portugueses com mais sacrifícios.

Mas, em relação ao desvio de que tanto costuma falar, não o ouvi fazer uma única referência à Madeira. Aliás, devo dizer-lhe que, ao longo destes 80 dias, é chocante que o Primeiro-Ministro nunca se tenha referido à situação calamitosa e ao descalabro das contas públicas na Madeira.

Aplausos do PS.

Mas há mais, Sr. Primeiro-Ministro. Pretenderei discutir muito brevemente com o Sr. Primeiro-Ministro essa questão do desvio, as contas públicas e onde é que há esse desvio.

Porém, quero oferecer-lhe uma solução que pode fazer com que o Estado poupe 1,7 milhões de euros — repito, 1,7 milhões de euros.

Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, redução de 15% no total despendido com a rubrica de aquisição de bens e serviços, o que equivale a uma poupança estimada em 1500 milhões de euros.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Isso é plágio! Já ouvimos isso!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Em segundo lugar, redução de 50% dos gastos com consultadoria e estudos, procurando usar em alternativa a capacidade já existente na nossa Administração Pública, o que equivale a uma redução de gastos estimados em 95 milhões de euros.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Em terceiro lugar, sabe quem é que propôs, Sr. Primeiro-Ministro? O Dr. Miguel Macedo, então líder da bancada do PSD, agora Ministro do seu Governo, e disse-o em seu nome, neste Parlamento. Por que é que não corta nestas despesas do Estado como prometeu? Pense nas pessoas! Aqui tem uma proposta para poupar 1,7 milhões de euros.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não queria terminar este debate sem lhe expressar a minha surpresa e dizer também que fiquei bastante incrédulo por o Governo ter vindo a este Parlamento, pela voz do Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, defender a emissão de *eurobonds* na União Europeia, por ter ouvido o Sr. Primeiro-Ministro, há semanas atrás, intervir no mesmo sentido e, quando o Sr. Primeiro-Ministro saiu da reunião com a Chancelerina Merkel, ter dito, no final, que era contra a emissão de *eurobonds* na União Europeia.

Os *eurobonds* são importantes não só para o desenvolvimento europeu como, em particular, para um País como Portugal que está numa situação difícil.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — A emissão conjunta de dívida pública traria uma vantagem muito grande para Portugal: baixariam as taxas de juro do nosso financiamento. Em segundo lugar, esses *eurobonds* poderiam ajudar a financiar investimentos estruturantes no seio da União Europeia.

É chocante ver um Primeiro-Ministro capitular. É chocante ver o Primeiro-Ministro sair de Portugal com uma posição e chegar a Portugal com outra. Gostaria que me esclarecesse, ao longo deste debate, o que é que o fez mudar de opinião e, sobretudo, porque é que não defendeu, nessa reunião com a Chancelerina Merkel, os interesses de Portugal

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — O Governo já não tem tempo para responder a esta pergunta. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que, em primeiro lugar, com respeito democrático, apresente os meus cumprimentos à recém-eleita Presidente do Partido Socialista, ao recém-eleito Secretário-Geral do Partido Socialista e ao seu líder parlamentar.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que inicie a minha intervenção com duas notas prévias e depois coloque uma pergunta.

A primeira nota prévia é de congratulação; a segunda, tinha previsto dizer que era de preocupação mas, já que foi uma expressão muito utilizada, vou dizer que é de choque.

A de congratulação — já aqui referida, e bem, anteriormente pelo Sr. Deputado Luís Montenegro — é para saudar o Governo pelo facto de, em 80 dias apenas, ter trazido a paz de volta às escolas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... por ter conseguido, em 80 dias, que, depois de anos e anos de conflitualidade, nos pudéssemos centrar no essencial e chegar a um acordo com a esmagadora maioria dos sindicatos.

Isto, mais do que a questão sectorial, já de si importante, marca uma diferença de estilo entre o antes e o depois.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E a diferença, para nós, é esta: este Governo prefere o diálogo ao confronto, prefere as soluções às radicalizações.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Gostaria de sublinhar isso, em nome do CDS.

Em relação aos acordos com os estabelecimentos que têm contratos de associação com o Estado, foi também possível chegar, ainda que em dois momentos, a acordos com todos esses estabelecimentos, e também aqui há uma diferença de estilo: aqui, o Governo não concorre, não compete com quem faz um bom trabalho; aqui, o Governo é complementar, aproveita recursos, porque eles são escassos, e ainda para mais defende um valor fundamental para nós, a liberdade de ensino.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria também, em nome do CDS-PP, de congratular o Governo por isso.

Infelizmente, a segunda nota prévia é de choque e tem a ver com aquilo que hoje tivemos oportunidade de ouvir da parte de um membro do Governo já aqui citado, o Dr. Miguel Macedo, Sr. Ministro da Administração Interna, em relação à atitude do anterior governo no que respeita às forças de segurança e ao estatuto remuneratório.

Hoje, ficámos a saber, Sr. Primeiro-Ministro, que o anterior governo andou um ano e meio a negociar um acordo, não foi capaz de chegar a um acordo, forçou um estatuto, não o cumpriu, não o orçamentou, em 10 meses de vigência desse estatuto promoveu e criou desigualdades em duas forças de segurança, que são hierarquizadas, e deixou um «buraco» de 69 milhões de euros!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estão a ver onde é que está o «buraco»?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, é caso para dizer «em política não vale tudo».

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em política não vale, em vésperas de eleições, fazer aprovar um estatuto remuneratório que nem sequer se orçamentou! Em relação a esta matéria estamos conversados, e daí a minha pergunta, Sr. Primeiro-Ministro.

O que acabei de dizer tem a com a minha pergunta justamente, porque irresponsabilidades destas não podem voltar a acontecer. Não pode voltar a acontecer, em nome de, mais do que eleitoralismo, irresponsabilidade pura, que o País fique refém deste tipo de políticas.

Por isso, tendo em atenção os périplos europeus que o Sr. Ministro já fez e irá fazer muito brevemente, quer à França quer à Polónia, gostaria de lhe perguntar sobre uma matéria que está na agenda europeia e que o CDS há muito tinha colocado na agenda nacional, que tem a ver com a consagração de um limite ao endividamento dos Estados que seja previsto no documento fundamental que é a Constituição, para que não voltem a acontecer questões, como, por exemplo, a que sucedeu no Ministério da Administração Interna.

Para nós, isto é importante porquanto convém reforçar e até «despoluir», do ponto ideológico, esta matéria.

Isto foi possível, há pouco tempo, em Espanha, aqui bem ao lado, com um governo do Partido Socialista Operário Espanhol, foi possível na Alemanha, com um governo democrata-cristão. Portanto, para nós, esta

discussão de consagrar ou não limites à dívida na Constituição é muito simples: é saber se o País quer, ou não, realmente finanças sãs que possam garantir o futuro dos portugueses.

É que dívidas de hoje, como aquelas que o Sr. Ministro teve ocasião de referir em relação ao Ministério da Administração Interna, serão impostos de amanhã, Srs. Deputados. Lamento dizê-lo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Tal como obrigações de hoje, como as que foram contraídas pelo anterior governo no Ministério da Administração, são deveres que aqueles que ainda não votam e nem sequer nasceram terão que cumprir, mais tarde ou mais cedo.

Portanto, para nós, é uma questão intergeracional e que, por isso mesmo, tem dignidade paraconstitucional, porque se trata de saber se devemos ou não vincular o País, as empresas públicas, as regiões autónomas, as câmaras municipais a cumprirem aquilo com que se comprometem e a terem finanças públicas realmente saudáveis para que não possamos deixar heranças pesadas a outros e a gerações vindouras.

Por isso, sabendo que é matéria da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que lhe gostaria de deixar é a seguinte: no momento em que a Europa vive os tempos difíceis que vive, no momento em que Portugal tem merecido da parte de variadíssimas instituições europeias referências elogiosas ao enorme esforço que tem sido feito por este Governo, isso faz ou não sentido? Vê V. Ex.^a ou não como uma prioridade essencial para Portugal a possibilidade de reforçar esse compromisso, quer do ponto de vista interno quer do ponto de vista externo, naturalmente em diálogo com os outros partidos, debatendo, discutindo e, a nosso ver, de preferência aprovando um limite constitucional ao endividamento do Estado?

Assim, poderemos garantir o futuro das gerações vindouras e, ao mesmo tempo, que irresponsabilidades como aquelas que foram cometidas, e que hoje o Sr. Ministro da Administração Interna veio, e muito bem, revelar neste Parlamento, não possam prejudicar portugueses que não votam, que não podem falar, nomeadamente os que ainda não nasceram.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, julgo que a matéria que referiu no início da sua intervenção, sobre os contratos de associação ao nível das escolas, é realmente bastante importante.

Essa matéria foi mencionada muito a correr na minha primeira resposta ao Sr. Deputado Luís Montenegro mas é essencial não esquecer que, durante quase todo um ano lectivo as escolas que ofereciam um serviço que o Estado não oferecia nas localidades onde funcionavam estavam na iminência de não poderem programar a sua actividade, na medida em que o Estado não esclarecia com rigor — nem por portaria, nem sem ser por portaria — as regras com que poderiam contar para planearem a actividade escolar.

Ora, para nós, é tão importante planear com transparência e contenção a actividade pública quanto respeitar as condições de planeamento e programação das entidades privadas que prestam um serviço público contratualizado com o Estado, e foi isso que também conseguimos resolver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado colocou uma questão, que tem estado muito na ordem do dia, sobre a possibilidade de constitucionalizar um limite para o endividamento.

Essa matéria foi abordada pela primeira vez no ano passado, no âmbito de uma cimeira bilateral entre a França e a Alemanha.

Depois disso, já o anterior governo em Portugal, pela boca do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha manifestado abertura para se poder fazer essa constitucionalização.

Os partidos políticos, no entanto, não chegaram a adoptar uma posição precisa sobre essa matéria. Durante a campanha eleitoral, recordo que houve partidos que manifestaram abertura para isso e outros que evitaram ou secundarizaram essa questão. O Programa do Governo, como sabe, prevê essa possibilidade.

Depois de uma segunda cimeira entre o Presidente francês e a Chanceler alemã em que esse tema voltou à discussão, houve países que deram passos significativos de acordo com essa pretensão. O caso evidente foi o da Espanha: apesar de o governo espanhol ter dito durante muito tempo que não considerava que essa questão fosse relevante, a verdade é que, num momento importante em que a Espanha percebeu que a pressão dos mercados financeiros poderia redundar numa solução indesejada, nomeadamente na necessidade de pedir ajuda externa, o Governo espanhol e o principal partido da oposição, o PP espanhol, entenderam-se rapidamente para que essa alteração fosse constitucionalizada.

Disse, tanto na Alemanha como em Portugal, que o Governo português estava aberto a discutir com o principal partido da oposição essa possibilidade. Reafirmo-o aqui, em resposta à sua pergunta.

Trata-se, em primeiro lugar, de poder acolher na Constituição uma norma que não violenta ninguém.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Excepto a Constituição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pelo contrário, é dizer exactamente que há uma regra de ouro que se deve consagrar na Constituição, que é a de que a despesa corrente deverá ser financiada, no essencial, com receita corrente. O endividamento deve estar destinado, portanto, ao investimento reprodutivo para futuro. Esta é a chamada regra de ouro.

Os espanhóis encontraram uma forma habilidosa de consagrar isto na sua Constituição, que não fixa um valor nominativo nem para a dívida nem para o défice. Nós temos esses valores consagrados por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento e também na nossa Lei de Enquadramento Orçamental, mas não há dúvida nenhuma de que não seria qualquer violência, antes pelo contrário, que esse princípio de equilíbrio e até de justiça intergeracional ficasse garantido na Constituição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, do ponto de vista substancial, programático, não tenho qualquer objecção a que essa norma possa ser constitucionalizada, mas acrescento uma vantagem, que julgo ser essencialmente política (e a Constituição é o documento mais político que temos em Portugal, para o bem e para o mal), que é a seguinte: num momento em precisamos, em termos nacionais, de apresentar factores claros distintivos, diferenciadores, relativamente ao que está a passar-se num país mais afectado, como é a Grécia,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... perante a instabilidade que está a gerar-se em torno da possibilidade de a Grécia cumprir ou não cumprir, não escondo que vejo muitas vantagens em que possamos dar também esse sinal claro de que, além de estarmos empenhados na transformação da sociedade portuguesa, do ponto de vista estrutural, além de estarmos empenhados em reduzir o peso da despesa pública para futuro, de modo a que a consolidação fiscal seja verdadeira e, portanto, seja feita também pelo lado da despesa, também nos comprometemos, para futuro, com uma norma que sugere, não apenas à administração central mas a todas as administrações, que o equilíbrio orçamental é normal numa sociedade democrática saudável.

Portanto, espero, sinceramente, dentro do tempo razoável para que estas matérias possam ser avaliadas, ponderadas e decididas, que este debate se possa fazer em Portugal e que os principais partidos que podem contribuir para essa alteração constitucional possam pesar estes argumentos.

Quero, por isso, aproveitar essa sua questão, Sr. Deputado Nuno Magalhães, para dar uma resposta ao Sr. Deputado António José Seguro, que, por duas vezes, se referiu — em termos que são os que ele escolheu — à posição que adoptei quando reuni com a Sr.^a Merkel, em Berlim.

Quero dizer, Sr. Deputado António José Seguro, que reafirmei na Alemanha aquilo que tenho praticado, todos os dias, em Portugal,...

Risos do Deputado do PS Marcos Perestrello.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — A submissão!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — ... o compromisso absoluto em garantir que a execução das nossas responsabilidades externas será levada a efeito por este Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Capacitar Portugal e os portugueses, nesta altura, para um resultado distinto daquele que está acontecer na Grécia é vital e é de absoluto interesse nacional e não partidário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em segundo lugar, disse também o que já tinha em Portugal, mas reafirmei-o, naquele palco, que os países que estão em dificuldades e que estão, portanto, na dependência de um programa de assistência económica e financeira, devem retribuir a solidariedade que receberam dos países da União Europeia e também do Fundo Monetário Internacional cumprindo com esses objectivos. Quer dizer, quem tem défice excessivo e aumentou a sua dívida para além daquilo que é razoável e sustentável, recebendo ajuda externa para poder, justamente, retornar a um caminho de sustentabilidade,...

Protestos do Deputado do PS Mota Andrade.

... o melhor que pode fazer para manter a confiança e a solidariedade entre os países que nos ajudam é cumprir com aquilo que está acordado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS e do PCP.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Desse ponto de vista, Sr. Deputado António José Seguro, disse e repito-o aqui: o princípio da emissão conjunta de obrigações, na Europa, já está a funcionar, na medida em que são, hoje (através do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, na Europa), os países que têm melhor *rating* que se endividam para que os países que têm mais dificuldades, como é o caso de Portugal, com programas de ajustamento adequados, possam receber esse apoio e essa solidariedade e corrigir essas situações.

Protestos de Deputados do PS e do PCP.

Portanto, o princípio daquilo a que se chama a «obrigação europeia» é um princípio que já está consagrado num mecanismo que está a funcionar no Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

A Sr.^a **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, terminou o seu tempo, agradeço que conclua, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

A possibilidade de criarmos uma espécie de tesouro europeu, com emissão dedicada de obrigações do tesouro europeu, é um processo que podemos prosseguir, para futuro, no que respeita a um quadro de aprofundamento político da União Europeia, de que não devemos abdicar, mas não é uma resposta para os problemas que temos hoje.

Protestos do PS.

Basta olhar para a complexidade das alterações constitucionais e ao Tratado que seriam necessárias para que essa medida fosse consagrada...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... para se perceber que, se estamos aflitos com a operacionalização dos mecanismos que decidimos agilizar em Julho último — e só passou um mês e meio —, imagine o Sr. Deputado António José Seguro o que não seria se estivéssemos, nesta altura, a refundar politicamente a Europa para resolver o problema da Grécia, da Irlanda ou de Portugal! Foi isso que reafirmei e é aquilo que reafirmo, hoje...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto é um exagero!

A Sr.^a **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, já excedeu, em muito o seu tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Presidente:** — Passamos agora às perguntas do PCP ao Sr. Primeiro-Ministro.
Para as formular, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, estive a ouvir o debate entre as duas bancadas que anteriormente intervieram e continuo a considerar que o «passa-culpas» e o «faz de conta» continuam a ser a marca dos partidos que, à vez ou juntos, têm governado este País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ouvimos o Sr. Deputado Luís Montenegro fazer um histórico, dizendo umas verdades ao Partido Socialista.

São verdades, mas omitiu, simplesmente, a co-responsabilidade do PSD,...

Vozes do PCP: — Exactamente! Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... designadamente, nos PEC e no Orçamento do Estado, nas tais medidas que aqui negociou como negativas.

Aplausos do PCP.

Lembrando esse histórico, enquanto o País se afundava na dívida, na recessão, nas injustiças, o governo anterior do PS ia apresentando um PEC de três em três meses; o Governo actual, num quadro em que continuamos a caminhar para o desastre, vai anunciando um pacote de medidas de austeridade por semana e o País vai ficando sempre pior.

Diziam os senhores que eram medidas excepcionais. Vê-se, Sr. Primeiro-Ministro! Veio a público uma carta, enviada, há dias, pelo Governo à tróica, afirmando estar o Governo «prontinho» para tomar medidas adicionais que possam levar à concretização dos objectivos do programa a que VV. Ex.^{as} e o PS amarraram o País. A resposta à disponibilidade chegou rápida: a tróica acaba de anunciar que quer, além das drásticas

medidas já previstas e em cima das já tomadas, novas medidas de cortes adicionais na despesa, no valor de 1000 milhões de euros, para 2012.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que lhe faço é esta: até onde quer ir o Governo na sua cega e insensível política de ataque aos salários, às pensões, aos serviços públicos, às condições de vida do povo?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro já pensou que, com este caminho que está a tomar, num País que está a ficar pior — e até admito que consiga acabar com o défice —, corremos o risco de acabar com o País, particularmente com a sua soberania, com a sua independência, com o seu desenvolvimento?!

Aplausos do PCP.

Medidas para promover o crescimento? Não há! Medidas para a criação do emprego? Não há! Só há medidas para aumentar a exploração, como se vê, com as vossas propostas de leis laborais. Andam para aí com «pezinhos de lã» mas o que pretendem é retirar aos trabalhadores o direito a qualquer indemnização por despedimento.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Diga lá que não, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não é capaz! É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Diga lá que não, porque a sua resposta vai ficar registada.

Em relação às medidas de austeridade, nas opções estratégicas do Governo, o horizonte da aplicação já lá vai, para 2015: é sempre «o amanhã que nunca chega».

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — São medidas de austeridade sem fim à vista, sacrifícios dolorosos e destruição de vidas, Sr. Primeiro-Ministro. Repito, destruição de vidas! No plano familiar, no plano profissional, no plano social, o que os senhores estão a fazer é a levar à ruína muitos e muitos portugueses, trabalhadores, pequenos e médios empresários, agricultores, enfim, aqueles que, hoje, vivem do seu trabalho e do seu pequeno rendimento.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Digo-lhe isto porque, de facto, quando é anunciada uma estatística do INE, arrepiam-nos, porque aí vem a confirmação desta intervenção e daquilo que dizemos.

Neste momento e desde o princípio do ano, foram encerradas 3000 empresas. Portugal regista, a nível da produção industrial, níveis idênticos aos de há 15 anos, e o mesmo na agricultura e na construção civil. Isto não lhe diz nada, Sr. Primeiro-Ministro?!

Então, estamos pior, estamos em recessão, com mais desemprego, com mais dramas, e o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que está com uma grande confiança?! O senhor pode estar, mas eu admito que o seu sucesso, o sucesso da sua política, será o desastre para o País.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — De qualquer forma, pensamos que a solução dos problemas não está aqui. Há duas opções: ou seguir este caminho de afundamento ou fazer uma ruptura com esta política e assumir, no plano patriótico, a rejeição deste programa de submissão que, hoje, querem impor aos portugueses. Esta é a proposta do nosso partido, que é a de jogar na necessidade da renegociação da dívida, aumentar a nossa capacidade produtiva, a nossa produção nacional, confiar nos trabalhadores, valorizando os seus salários. Esta é a proposta e é a saída.

Pode dizer: «pode ser que não dê». Admito o benefício da dúvida. Mas o que não dá é este caminho para o desastre que os senhores estão percorrer com a vossa política!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, não podemos estar mais em desacordo: o Sr. Deputado diz que o sucesso do Governo será o desastre para o País. Não é isso que o País espera, não foi isso que o País escolheu, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

Felizmente, em Portugal, entre o eleitorado, há um grande consenso quanto ao caminho que quer seguir. Esse eleitorado exprimiu-se com toda a clareza quanto às propostas que foram apresentadas.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Lembra-se, Sr. Deputado, que muitos partidos, durante a campanha eleitoral, diziam: «pelo menos, os senhores dizem ao que vêm. Estamos em total desacordo com as propostas mas a vossa agenda não é escondida, ela está à frente de toda a gente»? Foi a agenda que o País escolheu, Sr. Deputado.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Com o subsídio de Natal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não escondemos o Programa porque estamos convencidos de que esse é o Programa que precisa de ser aplicado em Portugal.

O Sr. Deputado tem anunciado, reiteradamente, esta visão: o País está com dificuldades e, durante essas dificuldades, o Estado deve aumentar a sua despesa pública, nem que, para esse efeito, tenha de renegociar a dívida. Sr. Deputado, não podemos estar em maior desacordo: o Governo não quer renegociar dívida nenhuma. O que o Governo quer fazer é pagar a dívida que temos.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E quando não puder pagar a dívida?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, o que o Governo quer é pagar a dívida do País...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Assim, não vai lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e foi esse o caminho que os portugueses escolheram!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para pagar essa dívida, precisamos de gastar menos, investir melhor e criar um clima amigo do investimento e das empresas que beneficie os portugueses. É esse o nosso objectivo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas onde é que isso está?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Claro que não posso dizer ao Sr. Deputado que estou satisfeitiíssimo por, em cerca de 80 dias, termos resolvido o problema que Portugal acumulou nos últimos 15 anos. Não me foge a boca para a demagogia, Sr. Deputado! Claro que temos um trabalho intenso para fazer e, Sr. Deputado, pode ter a certeza de que estamos muito cientes dos sacrifícios que sabemos que as pessoas vão ter de fazer.

Mas as pessoas, que estão disponíveis para esses sacrifícios,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Disponíveis?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... querem ver uma «luz ao fundo do túnel» e estão convencidas de que esses sacrifícios que vão fazer resgatarão a dignidade do País...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não é com o programa da tróica!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e encontrarão um futuro para a economia portuguesa. É essa a expectativa que os portugueses têm e não os defraudaremos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. Deputado diz: «ainda não apostaram o suficiente na economia». É verdade, Sr. Deputado. Estamos a preparar uma resposta que possa trazer, e não apenas naquilo que está previsto no programa de entendimento com a tróica, um ambiente mais favorável para as empresas portuguesas.

Destaco as matérias que considero extremamente relevantes. A primeira é a medida, já anunciada — e julgo que foi muitíssimo bem acolhida por parte das empresas —, que concede mais 12 meses a todas aquelas empresas que estão no âmbito do PME Invest e que, durante este ano, teriam de pagar à banca uma parte significativa dos investimentos que puderam fazer, isto é, dos meios que contrataram no âmbito do programa PME Invest.

Trata-se de uma medida importante numa altura em que as empresas têm maiores dificuldades de liquidez, na medida em que está a desenvolver-se um processo de desalavancagem financeira que dificulta o acesso das empresas ao crédito.

Portanto, o facto de o Governo ter conseguido este acordo, garantindo que, durante mais 12 meses, não há lugar aos reembolsos de capital, é algo que corresponde, em termos comparativos, a uma injeção líquida de capital na economia e nas empresas. E isto, sim, defende o emprego, porque muitas empresas poderiam fechar as portas e despedir trabalhadores se, porventura, não tivessem tido esta possibilidade.

Em segundo lugar, estamos a preparar para muito em breve uma reestruturação de tudo o que envolve capital de risco e instrumentos de capital de risco. A nossa visão é a de que podemos ter um caminho mais consolidado, através de instrumentos que possam actuar tipicamente como fundo de fundos que consigam alavancar ainda mais os meios que já possam existir, e que existem, para apoiar o capital semente, o capital de risco e tudo o que é necessário às empresas, quer sejam *startups* quer estejam a fazer desenvolvimento ou internacionalização, para que possam ter, do lado do capital de risco, uma aposta mais séria.

Isto é importante e é feito a pensar nas empresas e nos trabalhadores.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, deixe-me dizer-lhe o seguinte: não, nós não estamos a defender que se acabem com as indemnizações no despedimento. Neste Governo, ninguém defende a liberalização dos despedimentos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora essa!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O despedimento, em Portugal, tem regras e continuará a tê-las.

Uma coisa é flexibilizar as leis do trabalho, flexibilizar a contratação e, portanto, também o despedimento, outra coisa é liberalizar. Portanto, Sr. Deputado, aproveito para esclarecer que não só não queremos acabar com as indemnizações no despedimento como não queremos liberalizar os despedimentos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se a Sr.^a Presidente me der 15 segundos de tolerância, poderei responder ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa relativamente à carta do Sr. Ministro das Finanças, matéria que ia esquecendo.

A Sr.^a **Presidente**: — Dispõe desses 15 segundos, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado, a carta que o Sr. Ministro das Finanças escreveu é absolutamente típica das cartas de compromisso — não a valorize mais do que ela significa. Nessas cartas, os governos que estão sob assistência financeira declaram às instâncias internacionais a sua vontade inabalável de tomarem todas as medidas que forem necessárias para cumprir os objectivos. É o que essa carta diz, Sr. Deputado. Ela não encerra mais medidas de austeridade nem novas medidas, quer do lado dos impostos quer do lado da despesa.

As medidas que estão previstas foram as anunciadas no âmbito do Documento de Estratégia Orçamental e as outras constam do próprio Memorando de Entendimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que dispõe de aproximadamente 1 minuto, para sermos generosos em todos os casos.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, quando muito, posso exceder o tempo de intervenção em mais 15 segundos.

Sr. Primeiro-Ministro, ontem estive num hospital, numa consulta normal, esperei na fila cerca de 3 horas, como qualquer cidadão, e a conclusão que tirei, no meio daquelas centenas de pessoas, foi que não o convido a fazer o mesmo — nem a si nem ao Sr. Ministro da Saúde.

Para justificarem os cortes cegos, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Saúde têm afirmado que, com menos dinheiro, vão fazer o mesmo. E eu pergunto: quem querem enganar?

Alguém com bom senso acredita que, reduzindo 500 milhões de euros nos custos operacionais dos hospitais, em 2011, e mais 1400 milhões de euros nos orçamentos da saúde, nos próximos dois anos, é possível manter os mesmos níveis de acesso e de qualidade do SNS?!

Alguém acredita que, com estes cortes, vai resolver o gravíssimo problema de 1,7 milhões de portugueses não terem médico de família? E como pretende resolver a falta de 5000 enfermeiros só nos cuidados primários?

Com estes cortes, como vai regularizar, para tempos de espera aceitáveis, as consultas de especialidade ou as cirurgias, que, nalguns casos, demoram cerca de um ano? E como pretende resolver o problema de centenas de milhares de portugueses que não têm dinheiro para comprar os medicamentos,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... quando se esperam novas descomplicações, nomeadamente na pílula e em vacinas, e um corte nos transportes de doentes?

Será que não percebem, Sr. Primeiro-Ministro, que a saúde é uma área estratégica para o País e não pode estar sujeita a cortes cegos, em que se corta primeiro e só depois se avaliam as consequências?

Pense nisso, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Termina já, Sr.^a Presidente.

Aliás, Portugal é o único País da União Europeia onde, com medidas no plano orçamental, se está a cortar na saúde.

Sr. Primeiro-Ministro, não diga que em primeiro lugar estão as pessoas. Não estão nada. Para si, para o seu Governo, em primeiro lugar estão os banqueiros, estão os interesses do grande capital!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro já não dispõe de tempo para responder, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, para formular perguntas em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quem assiste a este debate talvez tenha a sensação de que o País está a ficar esquisito. A maioria governamental tem de pedir ao CDS que faça de «pau-de-cabeleira» entre o Governo e o Partido Socialista, numa proposta que o Primeiro-Ministro não quis apresentar ao PS mas que se dirige ao PS e sobre a qual o PS não quis responder, apesar de saber que ela se lhe dirige. Refiro-me à revisão constitucional sobre a limitação do défice ou, numa palavra, pôr na Constituição que, no dia em que haja uma recessão e aumente a necessidade de pagar subsídios de desemprego, o Estado não é pessoa de bem. Registo esta dificuldade, porque o Sr. Primeiro-Ministro não falou com quem interessava.

Registo também como reagiu à questão da educação: ao relatório da OCDE que assinala as dificuldades e os progressos da educação em Portugal, não estava à espera que o Primeiro-Ministro reagisse, dizendo: «Há um problema de empregabilidade dos cursos de formação de adultos».

Sr. Primeiro-Ministro, entendamo-nos: há 700 000 desempregados em Portugal. O problema da empregabilidade é não haver políticas de emprego! Se uma desempregada adulta, depois de ter feito uma carreira profissional ao longo da sua vida, quer certificar qualificações, quer aprender mais, esse esforço que faz por si e pelo seu País é uma grande vantagem para todos, e ninguém lhe diga que se condena a formação de que ela faz parte porque não há emprego.

Na verdade, a taxa de desemprego dos jovens universitários é duas vezes e meia a média nacional — empregabilidade! Mas o Sr. Primeiro-Ministro não vai acabar com as universidades, pois não? Não! O critério da educação é a qualidade da educação, porque isso melhora o País.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — No dia em que o Governo contribuir para a criação de emprego, aí está a contribuir para a empregabilidade; antes disso, só está a destruir a educação e os serviços públicos.

Também mal iria o País, Sr. Primeiro-Ministro, se a diferença entre Governo e oposição fosse a de saber se um aumento de 17 pontos percentuais na electricidade se aplica no dia 1 de Outubro ou no dia 1 de Janeiro — entendamo-nos bem!

Vamos ver do que estamos a falar. Estamos a falar de um enorme aumento sobre as famílias, que rende 400 milhões de euros aos cofres do Estado, quando Alberto João Jardim desbaratou 550 milhões de euros este ano, acima de todos os tectos permitidos.

Ao falarmos de contenção orçamental e de cuidado orçamental, talvez o Sr. Primeiro-Ministro gostasse de poder chegar ao fim deste debate e dizer: «Safei-me de falar da Madeira». Mas não creio que isso seja possível, porque está em causa um desvio orçamental gigantesco, repito, gigantesco. Nas SCUT — e eu sei que são «scutezinhas» — são 2000 milhões de euros e na dívida total são 3% do produto do País.

Só este ano, em desvio secreto, escondido, são 550 milhões de euros e, por isso, faço-lhe duas perguntas precisíssimas sobre a Madeira: a primeira é se a auditoria prometida pelo Ministério das Finanças vai ser conhecida em Setembro; a segunda é se a consequência deste desvio orçamental é, de alguma forma, afectar dotações orçamentais para a Madeira. Sim ou não?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, sobre a questão da educação e dos diplomas, o que o Governo fez foi manifestar realismo em face dos dados que foram publicados. Pode haver quem fique muito satisfeito com a realidade estatística mesmo quando ela é observada a partir da OCDE, que, evidentemente, espelha os dados que são fornecidos pela administração portuguesa.

Significa isto, Sr. Deputado, que o fazemos de uma forma absolutamente descomplexada e realista e não olhamos para esses valores de forma conformada. Sabemos que o critério da empregabilidade é importante para aferir se os recursos que despendemos na formação de adultos é conforme, ou não, ao que é necessário e possível ao País e, também, ao que é o desejo das pessoas. Mas esse não é o único critério. O da qualidade também é muito relevante, mas um dos critérios coadjuvantes que nos permite saber se há qualidade manifesta e consequência é o da empregabilidade, Sr. Deputado. Não pode ser de outra maneira!

Temos de comparar os meios de que podemos dispor para fazer formação de adultos com os resultados que eles propiciam. A posição que avengei é crítica; julgo que deveríamos ter exigido muito melhores resultados face ao investimento enorme que foi feito. Depois da auditoria que vai ser feita, estou convencido de que conseguiremos melhorar o programa Novas Oportunidades, de modo a garantir que ele funcione, realmente, como uma verdadeira oportunidade para as pessoas. Em suma, não ficámos satisfeitos apenas porque a OCDE explicou que foram distribuídos mais diplomas em Portugal naquele sector etário.

Quanto à questão que colocou sobre a Madeira, confesso que não tive tal pensamento, Sr. Deputado, embora seja daquelas coisas... Os dois podemos deitar-nos a adivinhar: o Sr. Deputado estava convencido de que eu pensava que me queria «safar» de falar da Madeira, para usar a expressão que usou, e que, realmente, estava embaraçado com a questão da Madeira. Não estou, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas devia estar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Embora seja público e não seja uma novidade, posso dizer-lhe o seguinte: no desvio de cerca de 2000 milhões de euros que foi detectado relativamente ao primeiro semestre deste ano, há um valor de 550 milhões de euros respeitante a duas operações na Madeira que afectam directamente o défice e, portanto, a dívida. São 550 milhões de euros, como o Sr. Deputado disse, e muito bem. É um dado que é público, que não reflecte a «saúde» das finanças públicas da Madeira e que esta terá de corrigir — essas e quaisquer outras que venham a ser apuradas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo, desse ponto de vista, não olha para a Madeira com olhos partidários, Sr. Deputado. Olha para a Madeira como uma região autónoma que está, nesta altura, com problemas sérios, que pediu que fosse feita uma avaliação e desenhado um programa de ajustamento, que trará, não tenho dúvidas, muitas dificuldades na sua execução e não representará, portanto, um bónus mas, sim, um ónus que os madeirenses e o Governo Regional da Madeira terão de cumprir.

De resto, creio que o Sr. Deputado não levará a mal que eu diga que, além desses 550 milhões de euros, há mais cerca de 570 milhões de euros que respeitam a remunerações certas e permanentes,...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Onde é que isso está? Não está em nenhum documento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quer dizer, salários que foram pagos a mais do que estava orçamentado, contra o que, como muito bem disse o Sr. Deputado Nuno Magalhães, o Governo havia estabelecido.

Desse ponto de vista, o Estado gastou a mais cerca de 570 milhões de euros do que o que tinha orçamentado com salários na administração.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Faça o favor de demonstrar isso, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Peço desculpa, mas tenho de fazer uma correcção: são cerca de 350 milhões de euros. E gastou 570 milhões de euros a mais justamente em consumos intermédios.

O que é que isso quer dizer? Quer dizer que precisamos de corrigir rapidamente esta situação, que não se compadece, portanto, com qualquer adiamento. Não deixaremos de tomar todas as medidas que já foram anunciadas nem deixaremos de as implementar de modo a corrigir essas circunstâncias.

Uma última pergunta que o Sr. Deputado fez, e a que respondo com muito gosto...

A Sr.^a **Presidente** — Sr. Primeiro-Ministro, queria apenas informá-lo de que já gastou o mesmo tempo de intervenção do que o partido interpelante. Estou a tentar este método para não frustrar a possibilidade de o Sr. Primeiro-Ministro responder à próxima pergunta do Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, se a Câmara me permitir, há uma resposta simples que gostava de dar ao Sr. Deputado Francisco Louçã e que ocupa pouco tempo. O relatório de avaliação da situação na Madeira será conhecido este mês de Setembro e, durante este mês de Setembro, será desenhado ainda um programa de ajustamento macroeconómico para a Madeira.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, era precisamente essa garantia que eu queria que ficasse estabelecida perante País.

Fico satisfeito, porque o desvio de 550 milhões de euros na Madeira, no conjunto do território nacional, seria de 20 000 milhões — não são «amendoins», Sr. Primeiro-Ministro!

Sr. Primeiro-Ministro, ontem, o Sr. Paul Thomsen, do Fundo Monetário Internacional, clamou a sua proposta de redução da taxa social única (TSU) em 8%, com um custo de cerca de 3400 milhões de euros. Até agora, toda a actividade do Governo tem dado um sinal de grande improviso, como vimos agora na sua resposta sobre educação e sobre muitas outras matérias, a não ser quando se trata de aumentar impostos ou de reforçar o corte nos apoios sociais. O seu documento de estratégia orçamental tira mais 1300 milhões de euros ao Serviço Nacional de Saúde, mais 1400 milhões de euros às pensões, mais 500 milhões de euros à educação, e a ver vamos onde «pára o baile»...

O certo é que na matéria de redução da contribuição patronal o Sr. Primeiro-Ministro tinha prometido muitas certezas. Na campanha eleitoral já sabia, 4%; depois esperava pelo estudo..., o estudo já está feito! Ora, quero saber exactamente qual é a sua posição, a sua proposta e a sua decisão perante o País, ou seja, que imposto vai aumentar e quanto vai reduzir a contribuição patronal.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, quanto às questões genéricas dos cortes das despesas sociais, julgo que é importante fazer aqui uma observação, não sendo necessário, depois, repetir sempre: a despesa social em Portugal — a educação, a saúde, a segurança social adicionada dos salários da Administração — representa praticamente a totalidade dos impostos cobrados em Portugal e das contribuições sociais; tudo o mais que o Estado faz é défice!

Está bom de ver, Sr. Deputado, que se chegámos a este ponto, em que está em causa a sustentabilidade da despesa pública social, a última coisa que este Governo poderia fazer era o que tem sido feito até hoje, ou seja, «fazer de conta», «empurrar com a barriga» e esperar que um novo défice conduzisse o País a uma situação de impunidade que traria custos reputacionais, mas, sobretudo, sacrifícios dramáticos para os portugueses que temos a obrigação de evitar.

Portanto, vamos ter mesmo de nos encaixar em novos tectos de despesa mais baixos na saúde, na educação, na segurança social. Isto é inevitável!!

Quanto à questão da taxa social única, Sr. Deputado, ainda durante a campanha eleitoral defendi que, ao longo da Legislatura, houvesse uma redução até quatro pontos percentuais da TSU; não me comprometi em que esse momento único, que preferencialmente deveria ser adoptado, fosse o ano de 2012, e disse claramente que isso dependia da margem de manobra orçamental do Governo na altura, em função do que for a execução do Orçamento!

É para mim claro e evidente que o desvio que detectámos nos retira qualquer margem orçamental para poder fazer uma espécie de *front-loading*, de antecipação maior, da redução da TSU, o que significa, portanto, que iremos explorar duas possibilidades. É o que estamos a fazer e, por isso, não posso ainda responder como gostaria, finalmente, à sua questão.

Há, portanto, duas possibilidades que estamos a explorar e que iremos explorar com a tróica e com os parceiros sociais: uma delas é poder encontrar ainda um mecanismo fiável, transparente e que se transmita aos preços de uma medida selectiva da redução da TSU, nomeadamente aproximada pela chamada criação líquida de emprego e, se formos bem sucedidos nisso, conseguiremos fazer uma redução significativa da taxa neste caso. Se tivermos de fazer apenas uma redução geral *cross the board*, como se costuma fazer, em toda a extensão económica, essa margem não existe para poder assumir a medida de um só folgo e, portanto, a mesma terá de adoptada em dois passos. Poderá ser dado um primeiro sinal para 2012, mas a medida terá de ser devidamente calibrada para o ano seguinte.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sei que sim, Sr.^a Presidente. Às vezes, estas questões, que parecem ser questões menores, aparecem no final, quando já há muito pouco tempo, mas creio que todos concordarão em que é uma questão que interessa ao País e que só foi questionada, não há dúvida, pelo Sr. Deputado Francisco Louçã. Era importante que o País soubesse que é isto que o Governo está a ponderar nesta altura, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, esta é uma questão fundamental, porque das duas alternativas que apresentou para a redução em duas fases, como nos disse agora, da taxa social única, a contribuição patronal para a segurança social, obviamente que a primeira é ilegal à luz da legislação europeia e, por isso, é um mero artifício de cenarização.

A segunda alternativa é a que importa, e se forem duas etapas, admitamos que aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro nos está a propor, embora não o precise — e devia fazê-lo..., pois já passou muito tempo e na campanha sabia bem o que ia fazer, por isso devia concretizá-lo —, se a sua proposta for reduzir agora 2% a taxa social única, com um efeito de 800 milhões de euros de redução na segurança social, isso quer dizer que essa medida só pode ser contrabalançada à luz do relatório que o Governo apresentou e à luz da evidência, com um aumento de, pelo menos, 1% do IVA mais baixo. E o que queremos saber é se isto é o que está em cima da mesa.

É porque não estamos só a discutir contribuições para as empresas! Estamos a discutir a vida de toda a economia, incluindo, e em primeiro lugar, os contribuintes, que se lembram de o terem ouvido dizer na campanha eleitoral que não ia aumentar impostos.

O efeito sobre a segurança social e o aumento dos impostos que uma proposta desse tipo representaria — para que todos os portugueses percebam imediatamente — é equivalente a tirar metade do subsídio de Natal a todos os portugueses e portuguesas e colocá-lo nas contas das empresas sem dar nenhuma garantia de que cria emprego, sem dar nenhuma garantia de animação económica e, pelo contrário, fazendo o que faz o corte no subsídio de Natal, que é reduzir a procura interna, afectar e destruir a economia!

Sr. Primeiro-Ministro, concluo dizendo-lhe o seguinte: aqui entre nós, o senhor disse há pouco que foi para a campanha eleitoral sem agenda escondida... Não me lembro dos seus cartazes...

Vozes do PSD: — Na nossa campanha eleitoral não houve cartazes!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — ... a dizer: «É na saúde que vamos cortar», «É na educação que vamos cortar», «É na segurança social que vamos cortar», porque é lá que estão as vossas «despesas»!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não houve cartazes!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Não foi isso que disse, pois não, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, todos nós temos bem presente o que se passou há tempos no Japão e o que se passou agora na França relativamente a acidentes nucleares.

Se olharmos para trás umas décadas, vamos encontrar dezenas de outros acidentes ou incidentes — como lhe queira chamar — nucleares extraordinariamente graves em termos da segurança das populações. Acontece que em Portugal há sempre aqueles que andam à espera de um momento para fazer alguma pressão para a construção de centrais nucleares em Portugal, e normalmente esse momento coincide com o início de mandato dos governos, como temos assistido ultimamente.

O Sr. Primeiro-Ministro era capaz de fazer ao País o favor de dizer hoje, aqui, claramente que o Governo rejeita a construção de centrais nucleares em Portugal? Porque rejeita, não rejeita, Sr. Primeiro-Ministro?!

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, posso apenas dizer-lhe, com muita tranquilidade, que o Governo não tem em mente nenhuma revisão do plano energético nacional de modo a contemplar a opção nuclear. Não quero com isto dizer que o Governo tenha aversão a discutir matérias e que não se possa até, do ponto de vista técnico, fazer todos os estudos que forem necessários. É porque não há questões tabu no debate político! Mas não, Sr.^a Deputada, o Governo não tem nenhuma proposta no sentido de optar pelo nuclear. Pelo contrário, o que o Governo quer é dar mais sustentabilidade, nomeadamente no sistema eléctrico português, às tarifas e até à saúde das empresas que operam neste sector, de modo a que o défice tarifário que existe, e que hoje se estima estar muito próximo de 1800 milhões de euros, não onere excessivamente nem a EDP para futuro nem os consumidores portugueses, sejam eles domésticos ou industriais.

Sr.^a Deputada, apesar de não ter colocado esta questão, aproveito para dizer-lhe que a avaliação a que o Governo está a proceder neste momento é já muito clara quanto aos principais indicadores. Se nada for feito nesta matéria, em 2015 o défice tarifário ascenderá a mais de 5700 milhões de euros, além do défice que já hoje existe, evidentemente, o que tornaria insustentável a produção de electricidade em Portugal ou, se quiser, a absorção das tarifas, que teriam de ser aumentadas cerca de 32,5% a partir de Janeiro do próximo ano.

É justamente para evitar essa situação, que é a situação actual, que o Governo está a preparar um conjunto de medidas que assegurem, em primeiro lugar, não apenas o alisamento que é possível fazer dessas tarifas nos próximos anos, mas, sobretudo, alterações ao nível do sistema eléctrico produtor que garantam a sustentabilidade do sistema para futuro.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem de novo a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, creio que foi extraordinariamente importante para o País clarificar esta matéria da rejeição deste Governo à construção de centrais nucleares em Portugal.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que o Governo está a fazer ao nível tarifário é a pôr os portugueses a pagar os lucros dos accionistas de empresas privadas, ao querer fazer a privatização destas áreas na sua totalidade. Sim, porque aquilo que o Governo está a propor aos portugueses é que se aumente o preço que pagam pela electricidade, pagando inclusivamente numa parte desse preço os lucros que vão directamente para o bolso dos accionistas!

É preciso que fique bem claro o que significa também privatizar sectores estratégicos como este, da energia, ou como, por exemplo, o da água, Sr. Primeiro-Ministro! E sobre a água também temos muito de falar, porque o Sr. Primeiro-Ministro, ainda há pouco, quando veio aqui falar sobre a questão do IVA, disse: «Estão a ver como os outros países da União Europeia fazem? Nós também queremos fazer», quando isso é extraordinariamente discutível. Mas já sobre a privatização da água, à revelia de tudo aquilo que se está a fazer na Europa, que vai no sentido da renacionalização, de retirar aos privados, porque já está demonstrado ser um erro a privatização da gestão de um bem que é essencial à vida, o que o Governo propõe ao País é privatizar a água. Mas o que é isto, Sr. Primeiro-Ministro?!

Reparou bem no erro crasso que está a propor ao País?! Os Verdes gostariam que o Governo reflectisse bem sobre esta matéria, sobre o erro que está a propor, não só a nível presente mas também a nível futuro, porque estamos a comprometer o futuro de um bem que não é um bem qualquer — é um bem essencial à vida!! — e é preciso que isto fique extraordinariamente claro.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer que nós não somos a Grécia, mas as medidas que estão a ser aplicadas na Grécia estão a dar aquele triste resultado...!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É exactamente ao contrário!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Aquilo que percebemos das estimativas feitas para o nosso País para os próximos anos é que as medidas de austeridade absolutamente recessivas que estão a ser propostas e implementadas no nosso País vão dar um triste resultado, porque aquilo que estamos a fomentar neste País é a recessão, a austeridade gerando recessão, recessão em cima de recessão!!

Como é que, depois, vamos estar perfeitamente alegres e contentes lá para o ano de 2014, Sr. Primeiro-Ministro?!... Vai dar-se um milagre entretanto?...

A Sr.^a **Presidente:** — Sr.^a Deputada, peço-lhe que termine.

A Sr. **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos a bloquear a nossa economia, e é preciso perceber que isto traz problemas sociais gravíssimos!

O Sr. Primeiro-Ministro num debate, em campanha eleitoral, dizia — e bem! — que o anterior governo tinha feito muito mal ao Estado social: cortou nos salários,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... reduziu prestações sociais, diminui a comparticipação dos medicamentos. Como é que se qualifica agora, afinal, Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Boa pergunta!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Faz exactamente o mesmo, Sr. Primeiro-Ministro! Ou para uns a qualificativo é um e, agora, para o Sr. Primeiro-Ministro já é outro?

Não!! Nós estamos no caminho errado e é preciso pormo-nos no caminho certo! E o caminho certo... Dizia o Sr. Primeiro-Ministro, há pouco: «queremos pagar a nossa dívida». Nós também queremos, mas como é que pagamos dívida presente e futura sem gerar riqueza, Sr. Primeiro-Ministro?!... Não é possível!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Serpa Oliva.

Nós estamos a criar um absoluto drama económico e social em Portugal, e é este alerta que Os Verdes aqui querem deixar, pedindo ao Governo que recue em muitas das medidas que está a propor.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, o que destrói riqueza é gastar mais do que aquilo que se tem e não pagar aquilo que se deve! É isso que destrói riqueza!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que destrói o Estado social e obrigou um governo, que era socialista,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que era socialista, não! Que era do Partido Socialista!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a diminuir as prestações sociais é assegurar um caminho de insustentabilidade para as finanças públicas. É isso que destrói o Estado social!

Portanto, Sr.^a Deputada, a sua visão não é a minha. A razão pela qual estamos a cumprir um programa de ajustamento é, precisamente, porque sem esse ajustamento Portugal ficaria muito pior do que está, menos portugueses teriam acesso à educação, à saúde de qualidade; menos portugueses poderiam beneficiar de apoios sociais quando são indispensáveis, dadas as circunstâncias adversas em que as pessoas vivem.

Salvar o Estado social, hoje, em Portugal, significa cumprir basicamente o programa de ajustamento que temos e apostar — a Sr.^a Deputada tem toda a razão nisso! — na capacidade de crescer para o futuro. Mas isso, Sr.^a Deputada, é justamente o que o Governo está a fazer!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Finalmente, e ainda com a benevolência da Câmara, sobre a questão da TSU (taxa social única), eu gostava só de referir ao Sr. Deputado Francisco Louçã que, em campanha eleitoral, o PSD não teve cartazes!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Então foi por isso!

Risos do BE.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O PSD disse que não ia ter e não teve!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fizemos, portanto, uma campanha limpa. Mas pelos debates que travámos, Sr. Deputado, ninguém teve dúvidas de quais eram as nossas propostas e sobre a TSU a minha proposta foi clara: condicionei a aplicação a 2012, à margem de manobra orçamental que existisse em 2011!!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não há figura de retórica que deva afastar a verdade dos factos. Os factos foram estes. Respondi com gosto e convicção. Esta é tipicamente uma medida que deve ser adoptada de uma vez só, se isso for possível. Se for possível para 2012 e tivermos margem para isso, devemos fazê-lo! Se não tivermos margem para isso, devemos fazê-lo, ao longo da legislatura, em dois momentos diferentes, o que nos propomos fazer hoje. Se não conseguirmos modelizar uma proposta selectiva, é fazer os dois passos.

Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não desisti ainda da possibilidade de fazer uma modelação selectiva que cumpra — imagine! — os requisitos europeus em que nos encaixámos com muito gosto!

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Srs. Deputados, terminado o debate quinzenal, queria pedir desculpa aos Srs. Deputados Francisco Louçã e Heloísa Apolónia, porque, durante o debate em que os Srs. Deputados intervieram, poderá ter havido um eventual corte de som involuntário a partir da Mesa e só não interrompemos os trabalhos de imediato para deixar fluir os vossos discursos.

A nossa próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, quinta-feira, dia 15, às 15 horas, tendo como ordem do dia declarações políticas, a que se seguirá o debate, conjunto e na generalidade, dos projectos de lei n.ºs 21/XII (1.^a) — Regula o direito dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV) (BE), 22/XII (1.^a) — Consagra o direito dos cidadãos aos cuidados paliativos, define a responsabilidade do Estado em matéria de cuidados paliativos e cria a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (BE), 62/XII (1.^a) — Estabelece o regime das directivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional de Directivas Antecipadas de Vontade (PS), 63/XII (1.^a) — Regula o regime das directivas antecipadas de vontade (PSD), 64/XII (1.^a) — Regula as directivas antecipadas de vontade em matéria do testamento vital e nomeação de Procurador de Cuidados de Saúde e procede à criação do Registo Nacional do Testamento Vital (CDS-PP) e 65/XII (1.^a) — Lei de Bases dos Cuidados Paliativos (CDS-PP), o debate, também na generalidade, do projecto de lei n.º 36/XII (1.^a) — Extingue a Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial e transfere o seu património para o Estado (Revogação do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de Fevereiro) (PCP), e ainda a apreciação do projecto de resolução n.º 69/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que promova um plano de investimento na requalificação e modernização do parque escolar (BE).

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS)

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

Júlio Francisco Miranda Calha

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Fernando Ribeiro Marques

Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes

Paulo César Lima Cavaleiro

Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva

Ricardo Augustus Guerreiro Baptista Leite

Partido Popular (CDS-PP)

José Manuel de Sousa Rodrigues

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.